



Título:	As lutas sociais pelos direitos dos povos e comunidades tradicionais à justiça climática no contexto das mudanças climáticas
Data:	26. Novembro 2022
Horário:	09:30 – 11:00 Uhr
Pódio/Palestrantes:	Igor Ribeiro Ferrer (cáritas brasileira) Naiara Andreoli Bittencourt (terra de direitos) Carlos Campos (cáritas brasileira) Cacica Cullugn Veitcha Teie (povo Xokleng) Cacique Rodrigo Mãdy (povo Pataxó)
Apresentação:	Andrea Bruns
<hr/>	
Protocolo:	Juliana Lins
<hr/>	

A mesa se iniciou com uma cerimônia de abertura / oração realizada pela cacica Cullugn do povo Xokleng e pelo cacique Mãdy do povo Pataxó.

Andrea Brum representando a Cáritas Internacional abriu a mesa.

Proposta da mesa: trabalhar a luta social pela justiça climática com focos nas comunidades tradicionais. 4 convidados compondo a mesa:

- Cacica Cullugn, povo Xokleng, Rio Grande do Sul
- Rodrigo Mãdy, Pataxó, Bahia
- Naiara Andreoli Bittencourt, Terra de Direitos, campanha contra os pesticidas.
- Igor Ferrer, assessor de questões jurídicas da Cáritas Brasileiras.

Proposta: 10 minutos para cada palestrante.

Cacique Cullugn, povo Xokleng, Rio Grande do Sul

Mulher nessa caminhada, resistente, representante dos povos originários, espera uma resposta e um apoio, traz a voz do povo brasileiro, das mulheres, que está na luta, nos territórios tradicionais e nas novas moradas. Representa Xokleng, mulheres Xarrua, Guarani e Kaingang. Mulheres salvam vidas, mãe terra, água, vida das crianças e vida dos idosos. Está na Alemanha para pedir socorro para os povos originários do Brasil. Quer pedir para os que ficam na Alemanha lembrar dos povos originários que pediram socorro. Querem ser ouvidos pelo governo brasileiro e pelo estado do Rio Grande do Sul. Querem respeito pelas novas moradas e pela luta dos territórios tradicionais que há muitos anos têm perdido. Os antepassados foram mortos, expulsos, degolados. Ela mora em São Francisco



de Paula, e os antepassados não abandonaram a região, mas foram expulsos e se espalharam por vários lugares do Brasil, Sul e Sudeste. Agora Lula será governo, Bolsonaro queria matar todo mundo, não tinha respeito pelos povos originários. Havia muita discriminação da parte de Bolsonaro. Espera desse governo que venha cumprir a Convenção da OIT 169.

Os Xokleng do Sul do Brasil, de SC, sofrem com uma barragem que foi criada nas terras tradicionais de seus povos. Esse povo não foi ouvido pelo governo brasileiro, pela Funai, para construir a barragem, se aproveitaram que o povo era analfabeto e não falava português. Hoje aquele povo não existe mais. A barragem trouxe uma separação de famílias para esse povo. Xokleng é uma etnia pequena. E sofrem. Há 42 anos a barragem foi construída. Aprendeu a falar português com o branco, hoje está aqui com 62 anos porque o branco a trouxe. Estão aprendendo a caminhar com os brancos, aprendendo a falar, buscar os direitos, falar pelos pequenos, idosos, sobre saúde, demarcação das Terras Indígenas. Saúde deve ser diferenciada, educação deve ser diferenciada. Marco Temporal quem criou foi Bolsonaro, porque quer acabar com os povos originários. Rosa Weber, presidente do Supremo, que venha olhar essa lei que foi criada, o Marco Temporal. Os povos indígenas pedem que termine essa lei. Os povos indígenas pedem que seja cumprida na AGU a lei 61. Em Santa Catarina começou essa história do Marco Temporal. Pede socorro para esses países que mandam dinheiro para o governo federal para os povos indígenas, para demarcação das Terras Indígenas. No lugar onde mora, na sua comunidade, veio expulsa da aldeia pela enchente da barragem, porque a aldeia foi condenada pela defesa civil. Ela conheceu em 2015 onde o pai nasceu, que mostrou as casas subterrâneas. Quando entraram, foi expulsos pelo governo e pelo ICMBio. Pede e espera a demarcação das Terras Indígenas do Brasil. Os espíritos dos antepassados mostraram onde ela ia andar, quem ela ia encontrar. Quer uma colaboração. Os índios Guarani Kayowá do Mato Grosso do Sul estão sendo exterminados pela polícia. Encerra a fala e deixa o abraço para a Alemanha e o Brasil.

Cacique Mãdy

Começa agradecendo a Deus e os encantados, que são os espíritos dos antepassados que encantaram. Há 522 anos o grito dos antepassados vem ecoando. Na Europa chegou, e foi dado 3 minutos de uma agenda, 3 de outra, e agora 10 minutos, mas agradece esses minutos. Na Europa passaram por vários países. Na Suíça foi onde viram mais organização, limpeza. Na França já viu papel etc. Depois viu mendigo na rua. Aqui o papel higiênico joga na privada, será que é bom. O que compra leva na mão, e não na sacola. Viu no metrô o povo educado, calado. Mas quando o povo se esbarra na rua, ao invés de pedir desculpa, olha com cara feia. Até que ponto o primeiro mundo é educação, ou é opressão? Primeiro mundo, ou um novo mundo. A visão do primeiro mundo não enxergou um novo mundo. Porque foi invisibilizado? Eu admiro quando chego a um país com estudos, literários, etc., e fala de Neymar, Amazônia. Somos uma riqueza de biodiversidade, de biomas, que solos diferentes. Quando escuto falar de Amazônia, reconheço o sofrimento. Eu não tive lá na Amazônia, e sei que lá vive a violência de 30 anos atrás que impera o coronelismo e a violência que existia n meu território há 30 anos atrás, que agora está mais disfarçada. A minha praia foi onde os portugueses aportaram pela primeira vez. Barra do Caí. Foram 450 anos de incursão devastadora contra meus povos. Meu povo só foi conseguido vencer na década de 50 pelas incursões militares e pela Madreira Brasil Holanda, e mais recente ainda o ICMBio, que é vinculada ao Ministério do Meio



Ambiente e não reconhece as populações tradicionais que há sobreposição com parques. Saiu de um campo de batalha para estar aqui. Nesse governo de Bolsonaro seu povo foi o primeiro a fazer ocupações: em fazendas de agropecuários em sua terra, assentamentos do INCRA, e áreas desorganizadas como empresários, estrangeiros, condomínios de luxo. Não aguentamos mais esse peso da destruição da fauna, flora, de poder mostrar sua cultura. Criminalização de lideranças. E por isso resolveram ocupar seu próprio território. E por isso estão levando todos os tipos de ataques, da mídia, dizendo que não são indígenas etc. Tem um território que só falta desentrosar, que é retomar para eles. Polícia atacou de madrugada. Fazendeiro mandante não está preso ainda, mas tem policiais presos. Mostrou um documento que foi entregue para Juíza Rosa Weber pedindo para demarcar TIs, desentrusão, Funai se manter no Ministério da Justiça, para cumprir essas coisas... Brasília tem que estruturar mais com a base, não com figuras emblemáticas que não conhecem seus próprios povos. Relatório mostra inclusive Gustavo Pataxó que foi assassinado com tiro de fuzil. Sangue Pataxó derramado no capim do agronegócio dentro da própria terra deles invadida por fazendeiros. A Europa não tem que olhar só para Amazônia, tem que olhar para outros biomas também. O território dos Pataxó é uma Amazônia também, de 100.000 hectares, pequena, mas é uma riqueza. O mundo tem que ajudar. Estão aqui para pedir socorro e ajuda, para ter alimentação de qualidade. Antes produzia mais, mas depois que desmatou nem tanto. As mulheres do povo Pataxó é muito forte também. A educação, conteudista, poderiam trabalhar escola de maneira diferente. No cardápio comer coisa diferente, e não enlatado. Vai deixar um colar para não esquecerem dele, e uns não esquecerem um do outro. O que relatou de destruição da Mata Atlântica está acontecendo em todos os biomas do Brasil. Cacique Mandi é professor de educação escolar indígena, e para quem entende, é do quartel general do Vale do Caí.

Igor Ferrer, assessor de questões jurídicas da Cáritas Brasileiras

Promoção de lutas que não são deles, são apoiadores.

4 pontos:

- Novos horizontes a partir das eleições
- Papel da sociedade civil...

Abandono das políticas de mudanças climáticas. Em 2021 a emissão bruta de gás carbono foi a mais alta dos últimos anos, assim como área desmatada. É uma situação generalizada que acontece em todo o Brasil. No cerrado também aconteceu mais desmatamento. Estudo do ISA - 57 atos legislativos que fragilizavam a política ambiental. Agora espera-se chuva com maiores inundações no Sudeste e em períodos específicos. Emergências foi onde a Cáritas foi mais demandada. Acompanham as ações em relações a enchentes, Bahia, Minas, Pernambuco e Alagoas. Impactos das mudanças climáticas. Na Bahia, por exemplo, mais um milhão de pessoas afetadas, 56 vidas, milhares de pessoas perderam suas casas. Ao longo desses 6 meses a Cáritas observou que muitas



dessas famílias não receberam aluguel social, e o poder público não agiu como deveria. Quem são as pessoas afetadas por essas enchentes? São moradores de bairros mais periféricos, empobrecidas, pessoas negras, são as mais afetadas pelas mudanças climáticas e são também as que menos contribuem para as mudanças climáticas e as que menos têm voz. Isso nos traz a refletir a justiça climática. Cáritas acompanhou milhares de famílias afetadas pelas enchentes.

Novos horizontes, expectativa de protagonismo do Brasil na retomada na luta contra as mudanças climáticas. Brasil teve uma grande participação na última COP. Expectativa de Marina Silva ser novamente Ministra do Meio Ambiente. Compromisso de Lula com desmatamento zero, ainda que ele não diz como fará isso, mas o compromisso é importante. Há uma expectativa de remonte dos órgãos do Estado. Cumprir metas assumidas no Acordo de Paris. Desafios, por um lado tem Marina, por outro tem pessoas com pauta de pessoas mais relacionadas ao Agronegócio, e fica em dúvida qual vai ser o tom, a partir da frente ampla. Dos 91 deputados eleitos para a Amazônia Legal, e só 9 são alinhados às pautas ambientais. E da Amazônia Legal RO, AC, TO, AM não elegeram nenhum deputado alinhado com pautas ambientais. Sociedade civil, entender seu próprio papel: apoio, e não protagonismo, “como apoiar essas lutas, que não são nossas lutas”. Tarefa de incidência política para garantir que expectativas possam ocorrer. Também fomentar a substituir o Agronegócio por Agroecologia. Contradições do conceito de justiça da pauta do clima. Sem a participações das comunidades indígenas, quilombolas, enfim, grupos chamados de marginalizados, como ter justiça? Há uma prevalência de uma composição branca em quem discute isso, sem falar de desigualdades sociais, etc. Precisa democratizar o acesso a esses espaços. Que não refletem sobre privilégios. Adaptação e Mitigação não devem reforçar racismo climático. Questões raciais devem se aproximar das questões de clima. Cada vez mais racismo ambiental deve estar em evidência. Se tem racismo ambiental, não há justiça climática.

Naiara Andreoli Bittencourt, Terra de Direitos

Assessora da Terra de Direitos, coordena o Programa Iguaçu e acompanha a pauta de agrobiodiversidade, agroecologia. APIB com muito protagonismo, mas outros segmentos de comunidades tradicionais: ciganos, apanhadoras de flores, varzanteiros tem uma tradição histórica de grupos com uma formação política própria, mas seus direitos não são reconhecidos e têm menos incidência política que povos indígenas.

Decreto 60400 editado no segundo governo Lula: política nacional de desenvolvimento sustentável para povos tradicionais, mas pouco efetivos. Rede que se organiza há mais ou menos 5-6 anos desse povos todos. “Povos novos”, nomenclatura de Darcy Ribeiro. 28 segmentos são reconhecidos pela política, mas há estimativa que exista mais de 100. Há pelo menos 3,5 vezes mais territórios de comunidades tradicionais do que é reconhecido pelo governo. Mostrou um mapa de “povos novos”. Distribuição socioespacial gigantesca no território brasileiro. E mostrou depois um mapa mostrando os conflitos em relação ao mapa anterior.



Houve uma desproteção territorial imensa no último governo. Importante falar do Programa Terra Brasil. Foram dados 405.000 títulos de terras para Reforma Agrária, mas sem dar uma terra a mais para agricultores familiares e povos tradicionais. Mudou a lógica. Desmembrou os assentamentos e permitiu a venda de títulos da Reforma Agrária, e isso é um grande perigo de concentração de terras novamente. Muitos fundos de pensão, empresas europeias comprando essas terras. Bolsonaro não demarcou nenhuma terra indígena e não reconheceu nenhum território tradicional. Projeto de lei que autoriza mineração em terras indígenas e há a possibilidade que esse projeto passe esse ano e como é provável que passe esse ano uma lei para aprovar agrotóxicos perigosos. Necropolítica além da Covid. Mudança na normativa para comunidades quilombolas que só podem ser reconhecidas se houver orçamento para isso. Uma ameaça do Brasil sair da Convenção da IOT 169. Outra questão preocupante juricamente. Ricardo Salles passou a boiada, decidiu que deveria ampliar os fundos estrangeiros nas UCs brasileiras: Programa Adote um Parque, concede para empresas privadas, estrangeiras, que adote uma unidade de conservação no Brasil. Essas empresas “adotantes” são Carrefour, MRV, Heineken, Coca-Cola. Deve se pedir autorização para proprietários privados com propriedades privadas sobrepostas. Biopirataria e acesso aos conhecimentos tradicionais. Desde 2014, “Lei da Biopirataria”, que facilita o acesso aos conhecimentos, mas dificulta a repartição de benefícios dos lucros advindos desses conhecimentos. Conselho de Gestão do Patrimônio Genético avalia se tem ou não pirataria e há pouquíssima representação de povos indígenas e tradicionais. E os documentos que passam no conselho passam por sigilos os avaliadores não podem ter assessoria técnica. Desafios: mais de 500 atos normativos deveriam ser revogados pelo governo Lula. Espera-se que o Ministério dos Povos Originários / Tradicionais não seja só um ministério de militância. Que tenha orçamento, que tenha efetividade.

Desafio de financeirização da agenda ambiental é muito grande: compensação, crédito de carbono. Lula falou muito de economia verde. Orçamento para Agroecologia, por exemplo, é somente R\$ 20.000.

Perguntas

Christian Russau, FDCL:

46% da soja, 36% da celulose, 50% da mineração da Alemanha vem do Brasil. Lei de Diliigência das empresas para que respeite os direitos humanos de empresas que atuam no Brasil. Alemanha agora assinou a OIT 169.

Dieter Gawora, Universidade de Kassel:

As falas foram muito dos povos tradicionais enquanto vítimas. Mas onde existem povos tradicionais existe biodiversidade em pé. Os povos tradicionais são vítimas, mas são parte da solução. Pergunta para Naiara: Há alguma lei para proteção jurídica dos povos tradicionais? Para que tenham direitos a seus territórios? É um escândalo que esses povos ficam privados a seus territórios.

Pessoa do CIMI apresentou um relatório lançado agora, que mostra muita violência, desterritorialização, desmatamento. Agradeceu a solidariedade, a partilha e solidariedade.



Pergunta do chat virtual:

- Quais caminhos dentro e fora do governo Lula para as demandas dos povos e comunidades tradicionais?
- Programa Titula Brasil se aplica como regularização de terras que não sejam só de Reforma Agrária, mas também grilagem? E por isso mencionou fundos de pensão?

Resposta:

Igor Ferrer

- Entender que é um governo de transição, e fazer pressão para que os compromissos sejam realizados.
- Se no governo Bolsonaro havia uma agenda de denúncia, agora tem que ser mais propositivo. Agenda mais transversal, reestruturação de participação social do Brasil. Participar do processo também. Agora há um “conselhão” da sociedade civil para a transição.

Naiara

Não existe uma legislação de proteção dos territórios dos povos tradicionais, além do decreto 6040 de 2007, que é uma política ampla, mas não reconhece os territórios das comunidades tradicionais. As comunidades quilombolas têm seus territórios reconhecidos por decretos. A rede de povos tradicionais, mas os povos são muito diversos e com pensamentos diversos. Há desde os pomeranos, por exemplo, em Santa Catarina, até quilombolas que sofrem racismo.

Cacica Cullugn

Xokleng foram expulsos de seu território e fazem sua morada na beira da estrada, esperando a demarcação. Hoje se fala de povos originários, mas os primeiros habitantes do Brasil são os indígenas. Quem deu o direito aos povos indígenas, o Estatuto do Índio, foi o próprio governo brasileiro. E há também a convenção 169 assinada pelos estrangeiros. Então existe uma lei sim, que protege os povos, mas ela só precisa ser seguida.